
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA CIDADE: LEMBRANÇAS DE VIVERES URBANOS, CÁCERES/MT (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)¹

HISTORIES AND MEMORIES OF THE CITY: REGARDS OF THE URBAN LIVING, CÁCERES/MT (FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY)

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2017.1.22037>

Giuslane Francisca da Silva
Mestranda em História – Universidade Federal de Mato Grosso
giuslanesilva@hotmail.com

RESUMO: Tendo como fonte documental os relatos de memória de moradores que viveram na cidade de Cáceres no início do século XX, propomos no presente trabalho uma reflexão sobre as lutas em torno da produção das memórias, problematizando as peculiaridades de alguns espaços da cidade de Cáceres na primeira metade do século XX. Os espaços da cidade descritos pelos moradores, por se constituírem em espaços das experiências humanas, com suas complexidades tecidas por feixes de singularidades expressam na memória das pessoas que deles se apropriam, a resignificação do vivido, e se estabelecem também enquanto “espaços de memória” projetando-se simbolicamente atrelados a um passado vivo, marcando a presença ao mesmo tempo em que reforça os laços identitários do lugar. A rememoração nos possibilitou (re)constituir alguns espaços da cidade, que vão se perdendo com o decorrer do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Cáceres. Espaços da cidade. Viver urbano.

ABSTRACT: Having as documental source the memory reports from citizens of the municipality of Cáceres in the beginning of XX century, we propose a reflection about the struggle around the production of memories, questioning some particularities from some city spaces Cáceres in the first half of the 20th century. The city spaces in the city described by the citizens as being places of human experience, with their complexity threaded by strings of singularity express, in the memories of the people that made use of them, a new meaning of the lived past, and also establish them as "spaces of memory" symbolically attached a lived past, marking its

¹Este trabalho salvo algumas alterações compõe discussões realizadas no primeiro capítulo de minha dissertação, intitulado “*Narrativas pela modernidade: Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX*”. No qual procurei trabalhar as memórias dos cidadãos acerca da espacialidade de Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX. Foi dado enfoque as questões da modernização/modernidade. A partir de 1870 quando ocorre a reabertura da navegação pelo rio Paraguai, os moradores de Cáceres, especialmente as elites, passaram a circular com mais frequência nos grandes centros urbanos brasileiros e estrangeiros. Em decorrência do ir e vir dos moradores de Cáceres/MT, os ideais de modernização/modernidade presentes nesses lugares. Cáceres cidade portuária, juntamente com Corumbá e Cuiabá, era porta de entrada de migrantes, imigrantes e mercadorias para o estado. O início do século XX, quando se tem a aprovação do terceiro Código em 1901, pelo Intendente João de Campos Vidal, foi um período marcado por uma maior preocupação por parte dos poderes públicos, talvez por uma pressão mais intensa da elite emergente, em intervir nos espaços urbanos da cidade. Momento marcado ainda pela busca do desenvolvimento, do progresso, da modernização/modernidade, como também a necessidade de civilizar os hábitos dos moradores cidadãos, a fim de que se enquadrassem ao modelo de sociedade higienizada e civilizada que se buscava constituir.

presence and at the same time reinforcing the identity bonds of identity of the place. The remembrance has allowed us to (re)build some of those "spaces of memory" in the city, which began fading over time.

KEYWORDS: Cáceres. Spaces of city. To live city.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar e discutir alguns espaços² e viveres urbanos da cidade de Cáceres/MT³ na primeira metade do século XX. Busca-se pensar as construções e representações simbólicas que envolvem os espaços urbanos e as dinâmicas que neles se estabeleciam. Esses são analisados a partir dos olhares de moradores de Cáceres/MT, que narraram sobre as dinâmicas envoltas nos espaços da urbe na temporalidade abarcada.

A escolha de relatos orais como fonte documental se deve ao fato dos mesmos possibilitarem uma leitura pormenorizada do cotidiano da cidade no período aqui abordado, visto que estas fontes nos trazem elementos que não se encontram escritos e/ou prescritos em outros registros. É certo que para se trabalhar com esse tipo de documentação é preciso considerar as peculiaridades envoltas no processo de rememoração, que tende a representar um passado com as interferências do presente. Trabalhar com relatos orais nos permite reacender memórias e vozes que se encontram adormecidas e que se perderam em meio ao processo de modernização.

Compreendemos os relatos orais não meramente enquanto exposições da memória, mas sim, uma descrição que perpassa entre os dois tempos, passado e presente, reconstruindo ambientes, imagens, sons, ao passo em que permite atualizar o passado no presente, considerando que as narrativas são frutos de “uma nova construção” expressas mediante aquilo que para o narrador convém contar.

² Tomo aqui a definição de *espaço* proposta por Michel de Certeau (2014, p. 184). Para este, os *espaços* resultam do cruzamento de móveis, se constituindo a partir da ação e dos movimentos dos sujeitos sobre os lugares (configurações físicas/geométricas, rua, praça e etc.) sendo produzidos pelas múltiplas e diversas operações que o orientam, “o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...) rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres” (CERTEAU, 2014, p.184), são pensados como cruzamentos de homens e mulheres em mobilidade, resultantes de inúmeras relações sociais. Em suma, o espaço é um lugar praticado.

³ Localizada a 214 km da capital do estado, Cuiabá, foi fundada no dia 6 de outubro de 1778, por ordem do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres é lavrada a Ata de fundação de Villa Maria do Paraguay, nome recebido em homenagem a D. Maria I, rainha de Portugal, a sete léguas ao norte da foz do Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, no caminho de Vila Bela para Cuiabá. Cáceres, assim como outros municípios localizados na vasta fronteira oeste, firmou a posição de Portugal no ocidente de Mato Grosso. Pela Lei de nº 1 de 28 de maio de 1859, Vila Maria é elevada a categoria de Vila. Passando a exercer sobre si mesma o governo, através da criação da Câmara Municipal. Em 30 de maio de 1874, pela Lei Provincial, Vila Maria do Paraguay, recebe a categorização de cidade, alterando a denominação para São Luiz de Cáceres, em homenagem ao padroeiro da cidade, São Luiz. Pelo Decreto -lei estadual de 1938, a cidade passa a denominar-se Cáceres.

Guimarães Neto (2006), nos alerta para alguns cuidados indispensáveis ao tratamento dessa fonte documental, alegando que se deve dispensar a elas o mesmo rigor metodológico utilizado em outras fontes, a autora salienta que estas, não devem ser interpretadas como uma reconstituição real do passado. Em meio à sociedade da informação, da tecnologia, do tempo acelerado que ocasiona a perda cada vez mais rápida da significância de objetos e acontecimentos, a reconstituição da memória, possibilita “conservar” espaços, sociabilidades, entre tantos outros elementos que constituem a memória da cidade. Visto que a (re)constituição dessa memória adormecida, permite conhecer a cidade subscrita em um passado distante ou recente, repletos de *ágoras* inexistentes, visto que “(...) lembrar não é, mas *refazer*, reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (CHAUI (1987, p. 20).

Quanto à utilização de fontes orais na produção histórica, é válido salientar que os documentos produzidos intencionalmente, tais como as entrevistas, nem sempre foram vistos com bons olhos pela disciplina histórica. Esse posicionamento negativista acerca das fontes orais dava-se em decorrência das perspectivas de análise que vigoraram até meados do século XX, serem pautadas nos paradigmas cientificistas do século XIX que supervalorizavam o documento escrito. Tais paradigmas acreditavam que o documento escrito guardava de forma imparcial os vestígios do passado tal qual ocorreu, sendo durante muito tempo sacralizado, pois supunha-se que por estes o passado seria totalmente reconstruído (PICOLI, 2010). A mudança dessa concepção ocorreu em meados do século XX, com a crítica a esse modelo e com a emergência de novas perspectivas de abordagens.

Buscamos pensar a construção de memórias no sentido proposto por Alessandro Portelli, sobretudo no que refere aos confrontos entre a “multiplicidade de memórias” (PORTELLI, 1996). Memórias estas, esquecidas e/ou silenciadas (POLLAK, 1982), muitas vezes pelos grandes temas da historiografia (THOMPSON, 1998). Desta maneira, a memória torna-se importante categoria nas análises, enquanto campo de lutas e tensões sociais e formas de dominação e legitimação de poder, uma vez que tem sido o poder estabelecido quem definiu ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas plausíveis (FENELLON, 2004).

Com isto, também propomos no presente trabalho uma reflexão sobre as lutas em torno da produção e silenciamentos de memórias, analisando e problematizando algumas peculiaridades dos espaços urbanos de Cáceres/MT na primeira metade do século XX. É relevante acrescentar que adotamos aqui a percepção da memória enquanto “organismo” vivo em “permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...)” (NORA,

1993, p. 09), isto é, estar ciente de que a memória exposta nas narrativas são construções dos sujeitos sobre si, e que na rememoração alguns acontecimentos são lembrados, outros não, e alguns silenciados mediante interesses do narrador.

Nas palavras de Pierre Nora (1993) a memória se constitui enquanto estoque daquilo que é impossível lembrar, na medida em que a memória tradicional desaparece, os indivíduos veem-se obrigados a acumular vestígios que torna perceptível a sua existência em um dado momento, surgindo assim os “lugares de memória”. É importante assinalar que essa categoria desenvolvida por Pierre Nora, foi empregada aqui meramente para se entender as memórias acerca de alguns espaços da cidade de Cáceres/MT, e não como modelo de análise.

A memória é vista por Delgado (2003) como mecanismo de conservação dos lastros e identidades da humanidade, visto que revela os fundamentos da existência humana, permitindo que haja integração entre a narrativa e o cotidiano, ao mesmo tempo em que a fornece significados. Assim, assinalamos a relevância da memória enquanto fonte documental, pois através desta:

cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial por que na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial por que na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (DELGADO, 2003, p, 18).

O historiador Pierre Nora (1993), discutindo os conceitos de História e Memória apresenta a distinção entre os mesmos, para este Memória e História sempre estão em condições opostas. A citação a seguir traz a distinção entre as duas categorias de acordo com as concepções de Nora (1993, p. 9):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções (...).

Já para Le Goff (1990, p. 366) a memória se constitui em uma “propriedade de conservar” certas informações, estando ligada a um conjunto de funções psíquicas que possibilita ao homem *atualizar* acontecimentos passados, ou que “ele representa como passados”, isto é, a memória refere-se a uma atividade psíquica que permite no ato de narrar (re)construir com expressões atuais impressões do passado.

É importante assinalar que não estamos aqui aferindo que pelas narrativas elaboraremos uma “versão verdadeira” sobre alguns aspectos ligados a história de Cáceres/MT, nossa intenção é apresentar uma possibilidade de compreensão de alguns espaços de vivências urbanas, pois assim como analisaremos posteriormente, cada narrador, a partir do contexto social em que esteve/está inserido confere diferentes significados acerca dos acontecimentos. Verson e Pedro (2012, p. 132) nos mostram que já faz algum tempo que a percepção de que a memória poderia revelar “o real foi abandonada, pois uma análise da memória implica considerar que as memórias são interpretações da experiência vivida, são datadas e podem ser historicizadas”.

Pelas narrativas podemos perceber como se configuram as vivências e experiências dos sujeitos no universo citadino. Vivências e experiências que se expressam de múltiplas formas, resultantes da mistura de variadas culturas, etnias, grupos sociais, que configuram, criam e recriam espaços de convivências específicas de cada grupo. A cidade desenha-se a partir daquele que a observa, ao mesmo tempo em que existem e convivem em um mesmo espaço variadas experiências, a partir dos diversos grupos sociais que as produzem. Sobre as dinâmicas que constituem a cidade, Calvino (1990, p. 29) assinala que:

é o humor de quem olha que dá forma a cidade (...) quem passa assobiando, com o nariz empinado por causa do assobio, conhece-a de baixo para cima (...). Quem caminha com o queixo no peito, com as unhas fincadas nas palmas das mãos, cravará os olhos à altura do chão, dos córregos, das fossas (...).

As dinâmicas sociais estabelecidas nas cidades através das múltiplas relações tecidas pelos cidadãos nos permitem compreender alguns aspectos das cidades para além das suas fronteiras físicas e geográficas. Ao “problematizar as relações entre a cidade e as práticas quotidianas dos seus moradores, que tecem os lugares, que moldam os espaços” (ARRUDA, 2002, p. 07), percebemos como os indivíduos as transformam em outras cidades mediante suas subjetividades.

Voltamos agora ao debate acerca da memória. Entendendo que há sempre embates e lutas em torno da construção ou esquecimento das memórias, qual seria o ofício do historiador

nesta luta? Para responder esta questão, o presente trabalho busca dar visibilidade às memórias marginais, no sentido de, conforme Paoli (1992), fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Todavia, isso não significa fazer uma história segmentada dos sujeitos das categorias subalternas, mas sim, compreender a complexidade das relações socioculturais, sobretudo no que diz respeito à dinâmica das trocas culturais, numa preocupação de entender a interferência desses sujeitos no processo histórico (FENELON, 2004).

Os relatos revitalizam os narradores, possibilitando a estes tanto produzir como atribuir significações aos tempos vividos. Ao mesmo tempo, as narrativas nos permitem conhecer espaços urbanos, que com o decorrer do tempo se tornaram inexistentes, assim como nos revelam comportamentos, costumes, hábitos, valores, enfim, diversos símbolos do tempo vivido pelo narrador, e que em sua maioria foram sucumbidos/esquecidos com o decorrer do tempo.

Os viveres urbanos: Cáceres/MT

O ato de narrar é criador, desenha os espaços em que transitam os moradores da cidade, da mesma maneira em que as imagens produzidas sobre as ruas, becos, praças e etc., revelam também as histórias das cidades. Os moradores das cidades mediante o trabalho de rememoração “subordinam a configuração gráfica urbana a uma representação em que a vida, nos detalhes, nas “artes do fazer”, é recoberta em seus múltiplos significados culturais” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 151). É nesse processo de rememoração que os narradores estabelecem uma teia de significações simbólicas nos espaços, tanto públicos como privados. Quanto à descrição dos espaços nos relatos orais, os mesmos trazem à tona as marcas dos acontecimentos, configuram paisagens nas quais os sujeitos históricos habitam.

As cidades muito além de sua definição por aspectos físicos e históricos, também se constituem por acontecimentos que reúnem experiências humanas tanto individuais quanto coletivas com singularidades sociais próprias de cada indivíduo, que se reconhecem e se validam nos grupos de pertencimentos. Nessa perspectiva, os relatos orais nos possibilitaram investigar sobre diferentes práticas sociais e espaços de sociabilidades que se prefiguraram ao longo do tempo. Para Calvino (1990, p. 07), “a cidade não é feita disso (traçados geométricos), mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado”. Nesse sentido, podemos conceber a cidade como um mecanismo articulador entre

indivíduos e grupos sociais, transpassada por uma multiplicidade de representações acerca dos acontecimentos.

Dessa forma, os espaços da cidade se estabelecem mediante as experiências humanas, com suas complexidades tecidas por feixes de singularidades expressas na memória das pessoas que deles se apropriam, ressignificam o vivido e se constituem também enquanto “espaços de memória”, estabelecendo-se como verdadeiros patrimônios culturais e projetam-se simbolicamente atrelando-se a um passado vivo, marcando a presença ao mesmo tempo em que reforça os laços identitários do lugar (ANDRADE, 2008).

Os espaços da cidade são também lugares de memória e a exemplo desses, são construções que guardam os vestígios de uma determinada sociedade/comunidade e permitem um dado grupo estabelecer relações de pertencimento e identidade ao perceber nesses espaços, manifestações e representações que lhe permite se sentir ali representado.

Pesavento (1985) estabelece a distinção entre aqueles que compõem os chamados “leitores especiais da cidade” e os “homens comuns”. Os primeiros, cujas experiências fazem com que se sejam capazes de retratar as sensibilidades dos espaços citadinos, estes por sua vez, “resgatam as sensibilidades do real vivido (...)” (PESAVENTO, 1985, p. 287). Por outro lado, há também os que Pesavento denomina de “homens comuns”, isto é, aqueles que são expectadores. Como bem assinala a autora, ao se trabalhar as dinâmicas da cidade é preciso levar em consideração as diferentes perspectivas daqueles que habitam a urbe e as construções representativas que daí resulta.

As narrativas nos permitiram conhecer múltiplos aspectos/sentidos que os narradores conferem aos acontecimentos, experiências do passado, assim como aos espaços urbanos da cidade, o que revela percepções e concepções distintas desses espaços a partir do círculo social em que o narrador convive. O que pode ser exemplificado pelas narrativas acerca do Jardim Público de Cáceres que ficava localizado na Praça Barão do Rio Branco, popularmente Praça Barão. O Jardim foi construído em 1935 pelo Major Cícero de Sá com o intuito de proporcionar à cidade um espaço de lazer, haja vista que no início do século XX, Cáceres/MT possuía poucos lugares para serem frequentados pelos moradores da cidade, especialmente pelos mais jovens, e rapidamente foi incorporado as práticas de lazer dos citadinos, principalmente pelos jovens.

O Jardim é assim descrito por D. Eliane Nunes⁴ de 94 anos, uma moradora da cidade e antiga frequentadora assídua do Jardim, declara: “então, o início do Jardim foi muito bonito

⁴Com o objetivo de manter em anonimato os(as) depoentes, serão utilizados aqui pseudônimos.

(...) depois, como o gado andava pela rua, também, começou a estragar o Jardim, aí resolveram passar uma cerca de arame farpado. Depois da cerca de arame farpado é que fizeram uma muretazinha” (NUNES, 2006).

Outro narrador, o Sr. Lúcio Moraes de 84 anos, traz uma descrição mais detalhada acerca do Jardim:

E essa Praça (Barão) então, ele construiu o jardim com um belo coreto no centro, que infelizmente foi derrubado, não sei por quê motivo, e havia um calçadão em torno do jardim, de tijolo, uma grade de arame, vinha o canteiro e depois vinha o passeio interno com os canteiros internos também, mas era mais animado (...) às vezes havia músicos que vinham tocar aí no coreto e a gente aproveitava para dançar em torno do coreto (...) (MORAIS, 2005).

A partir da colaboração dos moradores que contribuíram com a doação de flores, o Jardim tornou-se então um dos espaços públicos mais frequentados pelos moradores da cidade, especialmente pelos mais jovens. Assim como foi durante muito tempo propício para encontros entre rapazes e moças, longe dos olhares repreensíveis dos pais, na medida em as idas ao Jardim, como veremos a seguir, possibilitavam mesmo que repentinamente certa liberdade aos(as) seus(as) frequentadores(as). O trecho a seguir, compõe os relatos de memória de D. Maria Estela de 78 anos, e nos mostra essa peculiaridade do Jardim: “o namoro era aí no Jardim da Praça Barão, tinha o Coreto e era cercado, tudo cercado. E o passeio era esse, era de lá pra cá, aí mudava de direção, quem tava lá passava pra cá, mandava bilhetinho, ficava um no Coreto escrevendo os bilhetinhos, era gostoso” (ESTELA, 2005).

As narrativas orais são importantes registros que possuem como ponto de partida as lembranças, eternizam lugares como referências para revisitação do passado, ao passo em que carrega em si “os mais diversos sentimentos documentados e aflorados em narrativas, sonhos e percepções” (GASTAL, 2008, p. 570), que escapam ao documento escrito.

Através das narrativas orais é possível percebermos os significados que o Jardim possuía para muitos de seus antigos frequentadores, em especial às mulheres que tinham numa *ida* ao Jardim, a possibilidade de experimentarem alguns momentos de liberdade, em uma sociedade tão conservadora, na qual as mulheres eram educadas unicamente para o casamento, e para tanto, não podiam se expor ao público sem estarem devidamente acompanhadas por um membro da família. Sobre essa questão, um trecho da entrevista de D. Eliane Nunes nos mostra alguns dos significados dos passeios pelo Jardim, mesmo que ligeiramente:

não tinha tempo de sair batendo perna, e mesmo porque não tinha aonde ir;

depois que fundaram o Jardim é que a gente dava uma fugidinha no Jardim e assim mesmo ia correndo, dava uma volta e pra casa, porque não tinha autorização pra passear (...) era gostoso porque falava: “olha, nós vamos dar uma volta...”, sempre tinha alguém por perto, “se mamãe perguntar diz que a gente foi até lá na esquina da casa...” a rua era escura, não tinha luz, então dava pra você tapear muito bem, dava uma corridinha na Praça e voltava pra casa como se nada tivesse acontecido (...) falar: ah, eu fui dar uma volta no Jardim, “o que foi fazer?” Nada, não fui encontrar com ninguém, não fui falar com ninguém, só pra dar aquela fugidinha, aquela sensação de liberdade (...) (NUNES, 2006).

Como se pode perceber no trecho dos relatos de D. Eliane Nunes, assim que o Jardim Público foi inaugurado em 1935, passou a ser um dos locais preferidos dos moradores da cidade, especialmente dos mais jovens, que viam numa *fugidinha* ao jardim conforme narra D. Eliane, a oportunidade de manter contato com a juventude, estabelecer novos laços de amizade, e com frequência engatar romances, longe dos olhares repreensíveis dos pais.

Assim como assinalado anteriormente, os significados que práticas, espaços e acontecimentos vividos, adquirem podem ser diferenciados a partir do círculo social no qual o narrador pertence. Tal afirmativa pode ser percebida a partir dos diferentes significados que os(as) narradores conferem ao Jardim Público. Para alguns/algumas, como mostrado anteriormente o Jardim se constituía em um importante espaço de sociabilidades, ao passo que para outros este lugar não carregava/carrega os mesmos significados, sendo visto como um espaço de práticas ligadas às camadas populares e conseqüentemente impróprio para pessoas da alta sociedade cacerense.

No trecho a seguir, extraído das narrativas de D. Lúcia Assis, é possível perceber o ar de desprezo que a narradora emite ao se referir aos eventos musicais realizados no coreto do Jardim, que ocorriam frequentemente aos domingos à tarde:

Olha, não me lembro bem (do Coreto) Quem tocava pra nós eram os músicos do Quartel. Eles que tocavam, né, mas não me recordo assim (...) eram músicas assim (...) meios (...). Não tinha negócio de samba e de coisa não, eram aquelas musiquinhas mesmo próprias pra (...) sabe? pra ficar num coreto (...) mas tinha música todo domingo; eles iam tocar todo domingo (ASSIS, 2005).

Por outro lado, para outros(as) frequentadores(as) como D. Marina Felipo o Jardim era um dos poucos espaços para a distração, principalmente aos domingos, em uma cidade que não possuía muitas atrações voltadas para o público mais jovem, quando muito dispunha de algumas sessões de cinema, e que por sinal eram repetidas por diversas vezes, em decorrência da ineficiência dos meios de transportes, que demoravam em trazer as “novidades” dos grandes centros. Frequentemente nas tardes de domingo ocorriam apresentações musicais no

coreto do Jardim embalados pela pequena banda do Quartel, como nos mostra D. Marina Felipo, antiga frequentadora do jardim:

Nós tínhamos o costume de ir na praça⁵; a praça tinha o coreto e era todo fim de semana; dia de domingo tinha a retreta tocada pela banda do Quartel, quem dançava, dançava; era uma coisa maravilhosa dançar ao redor do coreto! Enquanto uns estavam dançando, outros estavam sentadinhos nos banquinhos, que circulavam o coreto (FELIPO, 2005).

No trecho acima, a entrevistada rememora sobre as apresentações musicais da pequena Banda do Quartel que geralmente se apresentavam aos domingos. Quando D. Marina Felipo, afirma que aqueles que não dançavam permaneciam *sentadinhos nos banquinhos que circulavam o coreto*, a expressão soa um tanto romantizada, pois creditar que os frequentadores dessas reuniões, especialmente os jovens que compunham grande parte do público, seguissem a risca as normas sociais que eram instituídas a eles, é ser no mínimo, muito inocente.

Apresentados alguns dos significados que o Jardim adquiriu na memória dos moradores citadinos, podemos aferir que os espaços da cidade não podem ser definidos enquanto homogêneos, uníssonos. Pelo contrário, os lugares citadinos são marcados por especificidades, conflitos sociais, culturais, econômicos, étnicos, entre outros. No caso de Cáceres/MT, essas especificidades se tornam muito claras nas narrativas de vários(as) moradores(as), que nos mostraram o movimento, principalmente por parte da elite local para se desvencilhar das práticas culturais das camadas populares. Como nos mostra as narrativas de D. Joana Albuquerque de 79 anos, quando se refere aos passeios no Jardim Público:

começava sete horas da noite quando eram onze horas da noite assim, terminava (...). Passeávamos muito, as moças saíam na quinta e domingo, a gente saía pra passear no jardim; tinha o coreto, no domingo tinha a Banda que tocava lá, então a gente dançava em volta ali do coreto, a *sociedade*, a elite, passeava dentro do jardim e os outros era por fora, não entrava (ALBUQUERQUE, 2006).

Como se pode ver pelos relatos de D. Joana, o espaço de convívio que deveria ser aberto a todos sem distinção, rapidamente nota-se que a elite procurou separar-se dos populares, ainda que o Jardim fosse um espaço público.

As narrativas aqui trabalhadas são carregadas de sentimentos afetivos para com o passado individual de quem narra, faz parte de uma rede de afeições que compõe a memória social da cidade. Nas memórias acerca da cidade, são ressaltados o brilho e a representação do

⁵O Jardim Público e o coreto ficavam na Praça Barão do Rio Branco, local em que a narradora se refere.

requisito urbano ao mesmo tempo em que expressam diferenças e desigualdades que permeiam os espaços das cidades. A memória é construída mediante uma teia de sentidos que articula lugares, pessoas e acontecimentos, tendo um caráter seletivo, pois nem tudo que vivemos fica registrado. Ao mesmo tempo, a memória também é construída de forma individual e coletiva (HALBWACHS, 2013), produzindo uma relação estreita com o sentimento de identidade, esta, por sua vez, é aqui pensada como um caminho muito particular de reconhecer-se a si mesmo, operando a imagem de si, para si e para os outros.

Pelos espaços da cidade e os viveres que neles se estabelecem como nos mostram as narrativas, é possível perceber que os comportamentos humanos tanto individuais quanto coletivos configuram a dinâmica social urbana. A cidade se torna visível pelas relações que se estabelecem entre as pessoas, os lugares e os acontecimentos do passado. Cada pessoa rememora uma cidade a partir de sua concepção, construída mediante as diferenças e contextos que habita uma cidade, ato este que Calvino (1990, p. 17), define como “sem figuras e sem formas”, preenchida pela cidade que cada indivíduo possui dentro de si e a externaliza em suas práticas cotidianas.

A arquitetura das significações da cidade de Cáceres/MT ganha movimentos multifacetados, nos relatos de memória de pessoas que contaram suas experiências de vida. As narrativas expressam uma cidade mediada pelas relações simbólicas, que também institui tempos de vida, possibilitam conhecer os espaços de convivências sociais, bem como as estratégias de uso e as diferentes significações que legitimam ou não os espaços da cidade.

O trabalho do pesquisador se constitui em procurar nas memórias, como aqueles que narram se articulam com a cultura, ao mesmo tempo em que se constroem na relação com os demais sujeitos. Nas palavras de Verson e Pedro (2012, p. 136), não se trata meramente de uma “retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que nos fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da outra, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é”. O que os autores propõem é como perceber no ato de narrar, a maneira com a qual cada narrador constrói a si próprio na relação com o outro.

As espacialidades urbanas ganham sentido pela forma como as pessoas elaboram seus usos, ou seja, pela forma com a qual os indivíduos se apropriam dos espaços públicos. Um desses *espaços* da cidade que muito aparece nos relatos de memória coletiva da cidade é a Ponte Branca, percebida não somente como um lugar de passagem, mas de vivências individuais e coletivas.

Construída em 1910 na administração de Diogo Nunes de Souza, a ponte ficava sobre o Córrego do Sangradouro, entre as ruas General Osório e Riachuelo, ponto de transição entre a região central da cidade e o bairro da Cavahada e ao lado da Praça Luiz de Albuquerque. A ponte foi demolida em 1998, apesar de vários protestos realizados por parte dos moradores, a justificativa para a demolição, é que nos discursos dos administradores a ponte já não condizia com os rumos tomados pela cidade.

Assim que inaugurada, a ponte passou a representar o símbolo de união entre as duas partes da mancha urbana de Cáceres/MT, espelhando ainda um sinal da influência cultural e de técnicas de construção de outros povos. Os moradores mais antigos referiam-se/referem-se à ponte, como ponte de pedra, ponte de alvenaria ou ponte romana, passando a ser chamada de Ponte Branca, desde que recebeu revestimento e pintura na cor que deu origem ao nome. Foi durante sua permanência na cidade, palco e testemunha de muitos fatos, histórias, estórias e lendas, repetidas nas falas de tanta gente que como autor ou personagem, nos deixou grande legado popular, como pode ser percebido nas falas dos narradores, que exprimem, ao se lembrarem dos momentos que passaram sobre a ponte, um sentimento de ternura, e ao mesmo tempo de tristeza ao recordarem que a ponte agora subsiste apenas em suas lembranças.

Um significado especial que ganha este lugar (agora imaginário), faz parte da narrativa da moradora D. Eliane Nunes: “Êta eu que senti que acabaram com essa Ponte Branca, viu!? Ali, no mês do luar (...) no mês de abril reunia aquele bando de moçada cada um com o namorado (...)” (NUNES, 2006).

Ao falar da Ponte Branca, a entrevistada se coloca como uma das usuárias e confere ao lugar uma condição afetiva. Ela rememora um tempo que ficou assinalado pelas relações próprias de sua juventude que se estabelecem de si para si mesma, mas que também incluem os pares de convivência comum. Assim, a ponte enquanto lugar público se converte em um espaço particularizado pelas relações afetivas com o tempo e com as pessoas que povoam os labirintos dessas lembranças, pois a ponte assim como o círculo social de frequentadores também não existe mais, além de que quase todas aquelas pessoas que frequentavam o lugar também *já se foram*.

As narrativas contadas por habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade revelam um tempo e um lugar agora inexistentes que ganham vida somente nos relatos de memória, como por exemplo, no trecho a seguir, no qual D. Marta Ribeiro demonstra sua indignação referente a demolição da Ponte Branca:

Vai acabando com tudo que é bom, que é antigo; a Ponte Branca foi um crime, dos maiores (...) a Ponte Branca! Foi a maior (...) *coisa* que podiam fazer é tirar essa Ponte Branca, gente?! Esse sangradouro não podia passa ali com ela ali retocada? Essa Ponte Branca me lembra tanto que até a gente chora! Tantos episódios, tanta coisa boa! Tanto! Ah, Deus me livre, viu. (RIBEIRO, 2006).

No trecho acima, D. Marta relata sobre um sentimento muito comum de grande parte dos moradores de Cáceres, especialmente dos(as) antigos(as) frequentadores(as) da Ponte Branca, que não se conformam com o fato desta ter sido demolida pela administração pública, alegando a necessidade de modernizar o espaço urbano. Para os administradores, a ponte representava o atraso e por isso precisava ser removida.

As narrativas orais são carregadas de sentimentos afetivos para com o passado individual de quem narra, compondo uma rede de afeições que compõe a memória social da cidade, na qual são ressaltados o brilho e a representação do requinte urbano. Enquanto capacidade de preservação de vestígios coletivos, a memória, nos leva a manutenção de elementos da trajetória histórica do lugar que não devem ser esquecidos, mas sim reconhecidos como partes integrantes na formação de uma sociedade.

Grossi e Ferreira (2001), afirmam que à memória cabe dar existência a um determinado tempo, assim como estabelecer fronteiras, uma vez que suas territorialidades passam por processos de contínua redefinição. As lembranças levam o narrador, que é detentor da memória, a reviver imagens que foram vividas no conjunto das experiências sociais. O exercício de lembrar o que aconteceu se dá mediante o contato com fatores que leva o narrador à associar o tempo presente com o passado. Pela lembrança, rememoram-se momentos vividos, que tendem a preencher o presente com experiências construídas pelo contato com as outras pessoas.

Pelas narrativas, foi possível identificar uma prática comum em Cáceres/MT durante um longo período. Prática que, aliás, foi muito presente em todo o país, refiro-me ao ato de sentar-se nas beiras das ruas em frente às casas, isto é, as cadeiras nas calçadas. As narrativas possibilitaram a percepção de que este hábito foi muito comum especialmente entre as mulheres cacerenses, e que ainda hoje alguns moradores a preservam, embora esteja sendo sucumbida com o passar dos tempos pelas novas possibilidades de interação.

Enquanto a juventude de Cáceres/MT estava mais voltada às novas sociabilidades que se desenvolviam na cidade através dos projetos de modernização dos espaços urbanos, os mais velhos, especialmente, continuavam exercendo essa antiga prática entre os moradores,

que, sobretudo, estreitavam os laços de companheirismo e amizade entre os moradores da cidade.

A moradora D. Amélia Souza de 66 anos, relembra essa prática de vivência estabelecida principalmente entre as mulheres da vizinhança: “agora, no tempo em que cheguei aqui, as mulheres sentavam na calçada com as cadeiras de balanço, aquelas cadeiras feitas de palha” (SOUZA, 2006), e aí permaneciam até altas horas conversando.

Além das conversações e do hábito de passar fumo⁶ nessas rodas podiam em alguns casos ocorrer apresentações musicais, como se pode ver no relato de D. Eloise Paiva:

Aqui em casa (...). Ah, na calçada a gente ficava até tarde porque o meu vizinho em frente tocava, aí vinha mais um, que ele era dos Correios, ele também tocava e quando um tocava ou tocava os dois juntos, nós ficávamos até tarde, era uma roda na rua, não tinha movimento; levávamos as cadeiras, botávamos lá fora, sentava e outros não queriam nas cadeiras, sentavam na calçada (...) e na esquina aqui da minha casa tinha um postezinho com um lampiãozinho de querosene, (...) tinha aquela iluminaçãozinha, triste que era, mas nós não estávamos nem aí porque (...) tinha o luar (...) então, a gente ficava até meia noite, uma hora, sentado aí fora, assim que era! E dividíamos as noites: uma noite era aqui, a outra era na casa do Coletor, a outra era na casa do meu cunhado e assim a gente ia revezando as noites (PAIVA, 2005).

Como se pode notar em decorrência da pouca ou nenhuma iluminação a prática era muito comum nas noites de luar, no qual as moradoras aproveitavam a iluminação natural da lua em fase de cheia, enquanto as crianças brincavam nos quintais das casas, ou nas ruas que praticamente não tinham nenhuma movimentação de transeuntes, principalmente à noite. De acordo com os relatos, os assuntos nessas rodas de conversas geralmente referiam-se aos afazeres domésticos, os namorosdos(as) filhos(as), eventos ocorridos na cidade, algum “escândalo” em relação ao rompimento da ordem pública, entre outros assuntos relacionados ao cotidiano da cidade. Essa prática de interação permitia o encurtamento das relações sociais entre a vizinhança, especialmente por parte das mulheres, ao mesmo tempo em que constituía a dinâmica da pequena *urbe*.

De certa forma essa interação consistia em uma característica própria das cidades brasileiras até meados do século XX, antes da difusão de outras formas de entretenimento, como a televisão que alterou o ritmo de vida dos cidadãos. Em cidades menores como Cáceres/MT em que todos se conheciam na cidade, era possível estabelecer redes de relações sociais marcadas pela identificação de seus moradores, organizando seus espaços com as

⁶ Esse hábito consistia em mastigar pequenos pedaços de fumo, segundo, as narradoras, essa prática evitava o aparecimento de cáries nos dentes, visto que na cidade nesse período, haviam poucos dentistas, o que fazia com que o tratamento fosse caro, diminuindo o acesso da população mais carente.

formas de sociabilidades que adquiriam funções e significações próprias, ao mesmo tempo em que possibilitava aos mesmos estreitarem as relações sociais entre um determinado grupo social.

Passo agora a análise de outra prática muito frequente em Cáceres/MT, especialmente entre as elites cacerenses, refiro-me aos encontros privados em ambientes familiares, reunindo pessoas do mesmo nível social. Muitos desses eventos sócio familiares possuíam formato de saraus,⁷ o que aumentava o grau de refinamento. Dessa forma, os bailes nas casas de famílias, funcionavam também como um distintivosocial, pois os participantes compunham o mesmo nível socioeconômico da cidade, isto é, as elites.

Mais que apenas uma prática para o divertimento, esses eventos reconfirmavam a legitimação do lugar social-familiar a que cada grupo pertencia; o consumo da música clássica, como o estilo cultural manifestado nos saraus já hierarquizava os espaços sociais da cidade, pois as populações da fronteira produziam outras manifestações culturais mais tradicionais. O piano, por exemplo, era um fator de distinção social porque identificava uma burguesia letrada se contrapondo aos povos fronteiriços, cujas manifestações culturais se apresentavam com a viola de cocho.

Esses encontros propiciavam uma alteração na vida cotidiana dos cidadãos, no decorrer da primeira metade do século passado. Sem iluminação elétrica, essas reuniões eram realizadas a luz do luar, ou de um lampião a gás que os(as) entrevistados(as) denominam de *petromax*, que fornecia iluminação para os festejos. Geralmente os saraus iniciavam-se por volta das 19h00 e iam até 23h30min, pois as pessoas necessitavam retornar à suas casas antes das 00h00 quando acabava a querosene dos lampiões e as ruas ficavam totalmente sem iluminação.

As residências em que ocorriam essas reuniões eram escolhidas compulsoriamente, por vezes na casa de uma família, ora na casa de outra e assim sucessivamente. Essas reuniões eram embaladas principalmente pelo som de um piano tocado por “moças da casa”. D. Eloise Paiva relembra como se davam a organização desses encontros entre amigos, familiares, *chegados* e relata que a residência de sua família foi palco de vários desses eventos: “aqui (em casa) faziam bailes. As meninas falavam: ‘ah, hoje a gente vai dançar aqui; fulana vem tocar piano (...)’, aí vinham, dançavam, brincavam (...)” (PAIVA, 2005). As músicas tocadas eram geralmente valsas, chorinhos e polcas. Com o passar dos tempos e com a reconfiguração da

⁷Modelo de encontros sociais e culturais típicos do século XIX, realizados em residências particulares onde os convidados se encontravam para compartilhar vivências artísticas como, por exemplo, danças, poesias, leitura de livros, consumo de comidas típicas, etc.

cidade e dos novos estilos de interação, aos poucos esse modo de socialização foi se tornando obsoleto e hoje, persiste somente nas memórias daqueles que viveram naquele período.

Considerações finais

No decorrer do texto discutimos os usos da memória para a escrita da História, por entendermos que esta, se constitui em uma importante fonte documental, na medida em que nos apresenta aspectos que às vezes não se encontram em outras fontes documentais. As narrativas orais nos proporcionaram apresentar alguns espaços da cidade de Cáceres-MT na primeira metade do século XX, nosso objetivo se constituiu em analisar alguns deles a partir dos olhares dos distintos, sujeitos que viveram na cidade no período aqui abordado e conseqüentemente transitaram por esses *espaços*. As narrativas orais nos mostraram as dinâmicas dos viveres urbanos, as experiências, interações, entre tantas outras facetas que compunham a vida cotidiana dos cacerenses.

Longe de se constituírem enquanto fontes limitadas, as narrativas dos habitantes que vivenciaram a dinâmica da cidade de Cáceres nos revelam tempos e espaços agora inexistentes que ganham vida somente nos relatos dos que viveram naquele período. Daí a importância dos relatos de memória enquanto fonte documental, pois as expressões, o valor simbólico que alguns espaços adquirem na memória coletiva da cidade, não são possíveis de serem percebidos nas fontes escritas.

A memória possui como objetivo guardar as lembranças de um tempo vivido, que pelo ato de recordar dos indivíduos, traz novamente ao presente o que ficou no passado. Nos relatos de memória, os narradores se revestem de um saudosismo de um tempo que se fora, em alguns relatos, as expressões utilizadas pelos mesmos, tendem a mitificar determinados lugares dando-lhes um grande valor simbólico. Por fim, pauso essa discussão com a seguinte citação “(...) nós enquanto sujeitos somos aquilo que pensamos, amamos (...) somos aquilo que lembramos” (GROSSI; FERREIRA, 2001, p. 32).

Referências

ALBUQUERQUE, Joana de. (79 anos). (fev. 2006). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 15 de fevereiro de 2006.

ANDRADE, Cyntia. Lugar de memória... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v.6. n.3. 2008, p. 569-590. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_13.pdf Acesso em: 23 de fev de 2015.

ARÉVALO, Maria Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História Hoje** (São Paulo), Internet, v. 3, n.7, 2005, p. 1-14. Disponível em: [file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/MarciaDaMassena%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/MarciaDaMassena%20(1).pdf) Acesso em: 09 de ago. de 2015.

ASSIS, Lúcia de. (87 anos). (jun. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 23 de jun. 2005.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. 13ª reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os Trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. Vila Maria nos tempos da Guerra do Paraguai. **Revista História e História** (Unicamp) 2009. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=157> Acesso em: 10 de mai. de 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/62-205-1-PB.pdf> Acesso em: 22 de jul. de 2015.

ESTELA, Maria. (78 anos). (out.2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 18 de out. 2005.

FELIPO, Marina. (61 anos). (jun. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 06 de jun. 2005.

FENELON, Déa Ribeiro. (et al). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho D'Água, 2004.

FERREIRA, Amaury C. GROSSI, Yonne de Sousa. Razão da Narrativa: significado da memória. **História Oral**, São Paulo, v.4, n.4, p. 25-38 jun. 2001.

FRANCO, Marluce. (77 anos). (mar. 2006). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 09 de mar. 2006.

GASTAL, Susana. Lugares de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In. GASTAL, Susana. **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, p. 69-82.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá, MT: Carlini e Caniato; EdUFMT, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Vânia Vieira. Memória, História e História Oral. **Hetec**. História, Educação e Tecnologia, v. 1, 2012.

MORAIS, Lúcio. (84 anos). (abr. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 20 de abr. 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n° 10, dezembro de 1993, p. 07-28. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/12101-29004-1-SM.PDF> Acesso em: 15 de set. de 2015.

NUNES, Eliane. (94 anos). (abr.2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 04 de abr. 2005.

PAOLI, Maria Célia Memória e, história cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH, 1992, p. 25-28.

PAIVA, Eloise (87 anos). (jun.2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 23 de jun. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1985 p. 279-290. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2008-3487-1-PB.pdf> Acesso em: 22 de mar. de 2015.

PICOLI, Bruno Antônio. Memória, história e oralidade. **Revista Mmimosine**, vol. 1, n° 1, jan/jun, 2010, p. 168-184. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia Acesso em: 10 de jun. de 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 02, n° 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>> . Acesso em: 11 de nov. 2014.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vila diChiana. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed da FGV, 1996, p, 103-130.

RIBEIRO, Marta. (94 anos). (ago. 2005). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres/MT, 04 de agosto de 2005.

SOUZA, Amélia. (66 anos). (fev. 2006). Entrevistadora: Maria do Socorro, Cáceres-MT, 08 de fevereiro de 2006.

VERSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012. p. 125-139.

Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/261-814-1-PB.pdf> Acesso: 10 de mai. de 2015.

ARTIGO ENVIADO EM: 02/10/2015
ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 04/07/2016